

Aos vencedores (civis e militares), os pepinos

Notas para a mesa redonda sobre o ISEB

I Encontro de Pesquisa em Filosofia do Brasil

Haroldo Santiago

Minha intervenção terá a forma de depoimento pessoal de quem militava na política brasileira no período em questão (1955-1964). Na primeira parte, irei desconstruir o sentido da opção dos comunistas pelo desenvolvimento rural. Na segunda, apresentarei (de forma esquemática) os atores coletivos da disputa ideológica que então se travava e que foi decidida, *manu militare*, a favor de uma proposta neoliberal impura, como é praxe quando uma fórmula é transplantada a ambiente “exótico”.

Explicação sobre o título: “civis e militares” – o golpe de abril de 1964 tem sido impropriamente chamado de “golpe militar” uma vez que a participação de civis, autoridades e povo, foi determinante para a sua deflagração. Autoridades como Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, Bilac Pinto; o povo das Marchas pela Família incentivado por sacerdotes católicos, empresários, intelectuais etc. “Pepinos” – no português popular tem o sentido de problemas difíceis de serem resolvidos. Ao decidirem por um modelo neoliberal ainda pouco claro, aqueles problemas nacionais que estavam sendo debatidos por diversas correntes ideológicas foram resolvidos de forma improvisada e nem sempre de acordo com o figurino apresentado pelos partidários do neoliberalismo. Dois exemplos: o combate à corrupção foi substituído pelo combate à livre expressão do pensamento; a estratégia nacional-desenvolvimentista continuou através da participação ativa do Estado no processo.

1. A estratégia política dos comunistas para o desenvolvimento nacional

Será que a classificação (política) da estrutura rural brasileira como sendo feudal estava tão errada quanto apontavam os teóricos adversários da prática comunista? ¹

Até bem pouco tempo, mais da metade da população ativa brasileira trabalhava na agropecuária, geralmente sob formas pré-capitalistas ou semifeudais de exploração não só da terra como também da mão-de-obra. Se no primeiro momento da colonização houve uma forma de exploração capitalística voltada para o mercado (ainda que usando mão-de-obra escrava), logo que a indústria açucareira entrou em declínio, as relações

¹ “Os restos do feudalismo também ainda estão vivos. Por isso, nós, comunistas, definimos de semifeudal o regime social predominante, principalmente no nosso campo.” Luis Carlos Prestes, 1946, “O problema da terra e a Constituinte de 1946”.

regrediram a formas feudais: trabalho gratuito em troca da utilização das terras do senhor ("cambão"), formas desiguais de parceria ("terça", "quarta"), pagamento não monetário dos serviços prestados ("barracão"), jornadas que duravam mais de 14 horas e envolviam, sem remuneração, os familiares do trabalhador. São situações que ainda perduravam (ainda perduram) no século XX e que justificavam a estratégia adotada pelos comunistas.

Um pesquisador do Partido, Alberto Passos Guimarães, sustentou a tese de que o sistema latifundiário mantém até os nossos dias, ainda com alguma firmeza, o controle de nossa economia agrária. E não seria exagero asseverar que em suas mãos ainda está, de certo modo, o controle da economia nacional. Isso é realizado não só através do domínio da propriedade e da exploração rural como também através da recepção de mais da metade das divisas obtidas no comércio exterior ².

A militância comunista, dentro dos princípios do centralismo democrático, estava direcionada para melhorar as condições de vida do povo brasileiro e prepará-lo política e culturalmente para o desenvolvimento sustentável do país (a expressão é atual mas não a prática).

O romance **Vidas Secas** é de 1938. Nele, Graciliano Ramos, dando continuidade à proposta de estudos sobre o campesinato da Internacional Comunista, abordava questões da vida rural brasileira e a solução que os personagens encontraram em busca de melhores condições de vida.

Mesmo assinalando o avanço da industrialização e da capitalização da economia brasileira, reconhecia-se que o setor de bens de consumo não abastecia o mercado brasileiro e também que o setor de bens de produção não conseguia suprir as necessidades brasileiras de equipamentos. Assim, a economia brasileira apresentava-se como apêndice do mercado internacional. O desenvolvimento, intensificado diante da ameaça de uma guerra mundial, tinha como base o chamado capitalismo de Estado com investimentos diretos estatais nas indústrias de base, e representavam, na opinião dos comunistas, uma conquista do povo e das forças progressistas do país.

A crítica dos comunistas dirigia-se para a agricultura latifundiária, uma vez que essa não apresentava um desempenho à altura do abastecimento urbano e das necessidades de matérias-primas e capitais exigidas para sustentar a industrialização do país. Afinal, o monopólio da terra permanecera intocado, enquanto o poderio

² Alberto Passos Guimarães, **Quatro Séculos de Latifúndio**, São Paulo, Fulgor, 1964.

internacional crescia no interior do país através do financiamento estrangeiro dos equipamentos e insumos agrícolas em troca da comercialização da produção.

Apenas em 1963, os comunistas tiveram condições para realizar, em Belo Horizonte, o I Congresso dos Trabalhadores Rurais. Dele participaram de, forma mais visível, três correntes: as Ligas Camponesas, os sindicatos rurais de orientação católica e a militância rural de base comunista. Houve consenso e, em dezembro do mesmo ano, foi fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas. O debate político nacional estava grandemente voltado para as reformas e, em especial, a Reforma Agrária. Como bem demonstra o documentário que Eduardo Coutinho estava realizando, em 1964, na Paraíba, e que 20 anos depois foi intitulado “Cabra Marcado para Morrer”.

Não levarei em consideração, aqui, as inúmeras objeções apresentadas à época à estratégia do PCB, por me ter parecido que indicavam simplesmente uma incompreensão de seu alcance prático, mesmo quando formuladas por um intelectual do porte de Caio Prado Jr. Soluções teóricas são verdadeiros experimentos mentais. Quando muito, servem como provocações a fim de evitar receitas fáceis e prontas que anunciem o final derradeiro dos problemas sociais, políticos e econômicos ³.

Por exemplo, o termo “etapismo” para qualificar a estratégia comunista é equivocado pois indica que haveria, na seqüência das reformas uma continuidade rumo ao socialismo (o marxismo-leninismo não é de natureza positivista). Esse marco regulatório, a construção de uma sociedade pós-capitalista, estava posto desde sempre. O termo mais correto, a meu ver, seria “tática” de elevação social, cultural e política da população rural para que a solução mostrada por Graciliano Ramos tomasse outros rumos.

Por conhecimento direto, sei que o PCB dava ênfase aos trabalhos de politização dos camponeses. Sem dúvida uma percepção estratégica da importância da zona rural na luta antiimperialista ⁴.

³ O estado da arte sobre o tema encontra-se em Carlos Alberto Dória, “O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira”, in: Moraes, J. Quartim de (org.), **História do Marxismo no Brasil**, vol. III, Campinas, Ed. Da UNICAMP, 1998.

⁴ A propósito, essa percepção terá continuidade quando a ditadura militar tratou de estender os benefícios sociais da CLT aos trabalhadores rurais, facilitou as tarefas de sindicalização rural, e chegou a editar um Estatuto da Terra progressista, que precisa ser ainda regulamentado.

Assim, nos anos do pós-guerra, o desenvolvimento industrial brasileiro estaria sendo obstaculizado pela falta de dinamismo da agricultura e pelo fato de a maioria da população rural continuar carente e sem poder de compra.

Mesmo as correntes progressistas não foram capazes de compreender as razões políticas mais profundas que sustentavam a estratégia rural proposta pelo PCB. O ambiente de semiclandestinidade era também significativo, uma vez que os comunistas não podiam divulgar em detalhes suas atividades pois sabiam que isso iria facilitar o trabalho da repressão.

A crise estrutural, na qual, segundo o PCB, mergulhara a economia brasileira, só seria superada com uma reforma agrária que modificasse as relações de produção no campo, desobstruísse o desenvolvimento das forças produtivas rurais e elevasse o nível de vida da população agrária, transformando-a em mercado consumidor para a expansão industrial interna.

2. Resumo das estratégias ideológicas que disputavam a hegemonia nacional-desenvolvimentista com o ISEB ⁵

Os intelectuais do ISEB tinham como objetivo despertar o sentimento nacionalista como base necessária para o desenvolvimento. Contrariamente, os tecnocratas da administração federal, formados pelas recém criadas Faculdades de Economia e de Administração, acreditavam que o desenvolvimento industrial não podia prescindir da tecnologia e dos capitais internacionais.

Os sociólogos da Escola Paulista de Sociologia desenvolveram teorias da dependência para desacreditar a possibilidade da burguesia nacional se desvincular dos interesses internacionais como pensavam os ideólogos marxistas que tinham influencia no ISEB.

Também contra as formulações nacional-desenvolvimentista do ISEB estavam os pesquisadores da Faculdade Nacional de Filosofia que desconfiavam da apropriação marginal do marxismo por parte de ex-membros do integralismo.

Os neoliberais, com base na teoria das vantagens comparativas, acreditavam que o desenvolvimento do setor agrícola era imprescindível para financiar o processo de industrialização. Estes, chamados de “entreguistas”, estavam assessorados por serviços

⁵ Para ampliar, ver Alzira Alves Abreu, “Ação política dos intelectuais do ISEB”, in: Toledo, Caio Navarro de, **Intelectuais e Política no Brasil**, Rio de Janeiro, Revan, 2005.

de inteligência norte-americanos visando manter o Brasil na órbita ocidental da Guerra Fria.

No final, prevaleceu a proposta da Escola Superior de Guerra de Desenvolvimento com Segurança, que interveio nos debates, *manu militare*, pelo temor de uma desestabilização interna. Vejamos as palavras de uma pesquisadora:

O conceito de segurança nacional passou a ser intimamente relacionado ao desenvolvimento econômico da nação, já que esses militares [da ESG] entendiam que a segurança só poderia tornar-se efetiva na medida em que o desenvolvimento acarretasse uma diminuição das desigualdades socioeconômicas e promovesse a integração do país. (Alzira Alves de Abreu, 2005:110)

Os debates foram interrompidos, mas a questão nacional-desenvolvimentista não foi resolvida. Assim, o golpe cívico-militar de abril de 1964 teve de ser reduplicado através do Ato Institucional de 1968. Os “pepinos” se acumulavam de forma desordenada obrigando a frente cívico-militar a optar por um processo “lento e gradual” de restabelecimento das liberdades democráticas. Sem a ponta-de-lança do ISEB e sem a influência teórica e prática dos comunistas ⁶, optou-se por soluções institucionalizadas como o prova a Constituição de 1988, grande parte ainda em processo de regulamentação.

harolsan@ig.com.br

Belo Horizonte, setembro de 2008

⁶ Os motivos para esse desmoronamento envolvem não só as baixas físicas e morais de boa parte de seus quadros quanto o desencanto provocado pelas graves falhas internacionais do PCUS.